

UF *m* G

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

Universidade Federal de Minas Gerais

Lidiane Cristine Dutra de Oliveira

**Sexualidade e heteronormatividade na escola: pensando
práticas homofóbicas de educadores contra alunos**

Belo Horizonte

2016

UF *m* G

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

Universidade Federal de Minas Gerais

Lidiane Cristine Dutra de Oliveira

Sexualidade e heteronormatividade na escola: pensando práticas homofóbicas de educadores contra alunos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito de avaliação do curso da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Professora orientadora: Amanna Rocha Mattos

Tutor orientador: Thiago Coacci

Belo Horizonte

2016

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir as práticas homofóbicas no ambiente escolar por meio da atuação dos educadores, contra alunos e alunas que não apresentam vivência sexual condizente com a heteronormatividade. Buscou-se compreender o conceito de sexualidades e suas manifestações na vida do indivíduo, abordando-se a heteronormatividade como um padrão que interfere nas especificidades dos sujeitos; discutiu-se a importância da escola na formação dos sujeitos e sua influência na regulação social e, por fim, pensou-se na escola como possível espaço para se trabalhar o respeito às diferentes formas de experiências sexuais. Optou-se na pesquisa por uma abordagem qualitativa adotando-se o procedimento de revisão bibliográfica de material teórico como livros, artigos, publicações, dentre outros para observar como outros autores, por meio de experiências empíricas, compreendem a temática. Os resultados mostram que por meio de suas práticas e do silenciamento a escola exerce, sim, atuação homofóbica contra alunos e alunas que não seguem um padrão heteronormativo, utilizando-se de um padrão heterossexual oculto nos valores presentes, por exemplo, no currículo escolar, nos materiais didáticos, no planejamento de atividades e na linguagem. Destacou-se ainda que a diversidade e a diferença devem ser reconhecidas visando a interação entre os (as) alunos (as) por meio das diferenças permitindo compartilhar as diferentes realidades.

Palavras-chave: Sexualidades; Heteronormatividade; Diversidade Sexual.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
CAPÍTULO 1 SEXUALIDADE E SUAS COMPLEXIDADES: CONCEITO E MANIFESTAÇÕES NA VIDA DO INDIVÍDUO	10
1.1 A noção de sexualidade por uma visão médica/biológica.....	10
1.2 A sexualidade pela análise psicanalítica freudiana.....	13
1.3 Sexualidade pela visão de Foucault.....	15
1.4 Heteronormatividade: interferência nas especificidades dos sujeitos.....	17
CAPÍTULO 2 A ESCOLA E A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS	20
2.1 O papel do educador na formação dos sujeitos.....	20
2.2 Influência da escola como regulação social e de outras instituições sociais na subjetividade dos sujeitos.....	21
2.3 Práticas homofóbicas e discriminatórias no ambiente escolar: reprodução da heteronormatividade.....	23
CAPÍTULO 3 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE	26
3.1 A educação e o respeito às diferenças.....	26
3.2 Escola e diversidade: construção de uma realidade mais justa.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

Introdução

Este trabalho tem por objetivo discutir as práticas homofóbicas no ambiente escolar por meio da atuação dos educadores, contra alunos e alunas que não apresentam vivência sexual condizente com a heteronormatividade. Enquanto profissional que atua na busca pela defesa dos direitos e a partir da compreensão de que a conjuntura social na qual os sujeitos se inserem permite entender as particularidades que os compõem, essa temática torna-se interessante por permitir uma compreensão das relações de preconceito e discriminação que ocorrem no espaço de uma política pública, a qual também se constitui como um dos espaços possíveis de atuação do assistente social.

Atualmente, a atividade profissional exercida se dá com adolescentes e jovens autores de atos infracionais em meio à medida socioeducativa de internação. Pode-se dizer que nesse espaço também é possível perceber diferentes formas de atuações profissionais embasadas no preconceito e na legitimação da homofobia. Contudo, essa prática profissional, em específico, não se dá como referência para essa pesquisa, uma vez que se pretende analisar o espaço escolar como favorável à propagação da homofobia.

Para a concretização desse estudo, será realizada uma revisão de literatura sobre sexualidades e homossexualidade no contexto escolar visando compreender a forma como a heteronormatividade é reproduzida nesse espaço e por fim, analisar como ocorrem as práticas discriminatórias na escola.

Justifica-se tal pesquisa por entender que essa discussão contribui para que sejam repensadas as formas com que reproduzimos as normas sociais na escola, de maneira que podem promover a hierarquização, a desigualdade e o preconceito. Nesse sentido, acredita-se ser pertinente a realização desse estudo como forma de se atentar a essa realidade que permeia a escola.

Para concretizar os objetivos dessa pesquisa, será realizada uma revisão de literatura sobre sexualidades no espaço escolar, buscando adquirir conhecimento e produzir reflexões sobre a temática. Por meio dessa revisão bibliográfica pretende-se verificar o que pensam os autores utilizados na referência e o que empiricamente consideram sobre a questão desse estudo.

Apesar de toda luta histórica dos movimentos sociais atrelados à defesa pelos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Transgêneros (LGBT) e dos defensores dessas causas, ainda encontram-se na atualidade muitos desafios para a efetivação dos direitos humanos das pessoas LGBT. Entende-se que a temática sobre as sexualidades é complexa e necessita ser melhor discutida a partir de diferentes aspectos e perspectivas, como por exemplo, no âmbito da família, da escola, do trabalho, dentre outros. Com isso, acredita-se que compreender tal temática, a partir de sua complexidade, contribui para facilitar a busca pela efetivação de direitos relacionados à diversidade sexual.

Dentre as discussões acerca das sexualidades, é de grande relevância o debate sobre o preconceito e a discriminação pelas diferentes formas de expressão sexual e de gênero. O preconceito e a discriminação são alguns dos desafios para a efetivação de direitos sexuais das pessoas LGBT. A sua propagação pode ser observada, por exemplo, nos espaços das diversas instituições sociais que legitimam e institucionalizam a homo-lesbo-trans-bi-fobia.

Embora esse estudo destaque práticas homofóbicas no ambiente escolar, considera-se pertinente a menção ao termo homo-lesbo-trans-bi-fobia, uma vez que o sujeito da pesquisa são alunos que não se enquadram aos padrões de experiência sexual condizentes com a heteronormatividade. Portanto, qualquer um dos segmentos LGBT podem ser considerados como desviantes da norma heterossexual.

Prado e Junqueira (2011) contribuem para entender a complexidade desses conceitos ao explicarem que o termo homofobia se refere a um conjunto de emoções negativas em relação aos homossexuais. No entanto, conforme esses autores, a expressão passou pela produção de novos significados quando movimentos de lésbicas e transgêneros buscando corrigir a tendência de ter os gays como centralidade das discussões, passaram a usar o termo “*lesbifobia*” e “*transbifobia*” e com isso, foram surgindo outras nomenclaturas.

Os autores esclarecem ainda que o termo homofobia tem tido mais aceitação pública do que as outras expressões e mesmo se referindo a atitudes negativas em relação a homossexuais, também passou a ser usado em situações de preconceito e violência contra a comunidade LGBT, adquirindo uma dimensão social e não somente individual de luta.

Sendo assim, as instituições que legitimam a homofobia se revelam espaços de produção e reprodução de discursos, valores e práticas por meio das quais a heterossexualidade é instituída e legitimada como única possibilidade de expressão sexual (PRADO e JUNQUEIRA, 2011). Nesse sentido, acredita-se que nas escolas essa realidade não é diferente.

A respeito da heterossexualidade, Louro (2009) explica que se constitui como a sexualidade-referência, tendo em vista sua oposição à homossexualidade. Sendo assim, são dois elementos que dependem um do outro para se afirmar, ou seja, a negação da homossexualidade ocorre por meio da afirmação da heterossexualidade; um elemento existe pela afirmação e negação do outro.

Ao apresentar a concepção de sexualidade-referência, a autora explica que a heterossexualidade é tida como “*natural*” e normal, sendo que o esperado é que os sujeitos tenham desejo por alguém do sexo oposto. Nesse sentido, outras formas de sexualidade, como a homossexualidade, são tidas como antinaturais e anormais. Assim, com base nessas construções sociais, a heterossexualidade não se torna questionável por ser uma experiência tida como “naturalmente” aceitável.

Dessa forma, uma vez que a heterossexualidade não se torna questionável, é possível pensar sobre a ideia que se encontra presente no questionamento imposto pela sociedade às pessoas homossexuais, a qual implica a exigência de se assumirem e de mostrarem aos outros quem são os seus objetos de desejos. Ao tentar compreender esse contexto, recorre-se à autora Eve Sedgwick (2007, apud SILVEIRA, 2013) que nos mostra no texto “A epistemologia do armário” os limites do público e do privado numa relação entre pessoas do mesmo sexo em que sujeitos homossexuais são colocados ou retirados de um espaço, o qual ela nomeia como o armário.

A autora nos permite entender a tensão que existe na obrigatoriedade aos homossexuais de em certos momentos se revelarem (superexposição) e certos momentos se ocultarem (manter-se no armário) em relação a sua orientação sexual. Prado e Junqueira (2011) também mencionam essa abordagem da autora e destacam que essa situação se remete a uma pedagogia do insulto que tem um alto custo aos homossexuais, de forma que existe uma regulação da sua vida social submetendo-os ao segredo ou à exposição pública e que permite vivenciarem o desprezo.

Conforme Sedgwick (2007, p.19) “[...] o “armário” pode ser entendido como um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores”. Isso permite analisar a relação binária de superioridade estabelecida, sendo que à medida que os homossexuais têm suas relações sexuais controladas e reguladas pela exigência de saírem do armário, os heterossexuais se encontram numa posição de privilégios de visibilidade e hegemonia de valores.

Essa relação permite menor ou maior reconhecimento e legitimidade sob as práticas sexuais. Nesse contexto, encontra-se a criação da norma social sobre os corpos, pressupondo que todos eles são heterossexuais, o que permite pensar no conceito de heteronormatividade (PRADO, 2015).

Discutir a heteronormatividade requer pensar como se dá o processo em que os corpos são impostos a essa normalização. Louro (2009) nos diz de como a escola é uma instituição importante na produção da escolarização dos corpos por meio de uma pedagogia da sexualidade e disciplinamento, os quais, na maioria das vezes, se dão de forma discreta e contínua. A autora explica que a escola possui referências para diferenciar e decidir o quanto os alunos e alunas se aproximam ou se afastam da norma dada pela heteronormatividade. Isso implica marcas referentes às formas como o sujeito constrói sua identidade social, principalmente a de gênero e sexual.

Ao pensar as sexualidades no contexto da escola e considerando o preconceito e a discriminação, questiona-se: a instituição escola, por meio dos educadores, realiza práticas homofóbicas contra alunos que não se enquadram nos padrões estabelecidos pela heteronormatividade? Se sim, como essas práticas ocorrem e se legitimam no cotidiano dessa instituição? O que se busca perceber é como a escola se posiciona perante essa temática.

Situações de desrespeito e preconceito contra pessoas que não se adéquam aos padrões heteronormativos, assim como diversas outras causas de bandeira do movimento LGBT, contribuem para que demandas sejam construídas e reconstruídas, conforme as necessidades dos mesmos. As diversas demandas estiveram ligadas à luta pelo direito ao reconhecimento legal das relações afetivo-sexuais entre pessoas de mesmo sexo, pela adoção conjunta de crianças por casais homossexuais e pela livre expressão de sua orientação sexual e/ou de gênero em

espaços públicos, pelo uso do banheiro de acordo com o gênero das pessoas trans, pelo uso do seu nome social, dentre outras.

Conforme Fachini (2003), existe no sujeito político do movimento LGBT uma diversidade de questões que se relacionam, predominantemente, a gênero e sexualidade. Ao situar o movimento na contemporaneidade, é preciso pensar que houve um aumento e diversificação dos grupos (do movimento), de forma a se pensar na complexificação do seu sujeito político e na ampliação da rede de relações do movimento de forma que suas demandas e necessidades são exigidas e debatidas em diferentes espaços, como no mercado e com o Estado.

Nesse sentido, à medida que tais exigências tornam-se pauta de movimentos sociais, os quais possuem em suas ações um caráter político e mantém discursos direcionados à busca da conquista e garantia de direitos, podem contribuir para a discussão dessas questões no ambiente escolar. Assim, pensar as necessidades e demandas que esse movimento social apresenta, a partir de seu caráter histórico e político, pode permitir que seja percebida a relação entre as práticas docentes e possíveis omissões que existem no sistema escolar no que se refere a sexualidades.

A forma como a escola lida com essa temática diz muito de sua posição perante as experiências de vida dos alunos e o seu processo de desenvolvimento no que se refere a sexualidades. Essas discussões remetem à uma possível neutralidade escolar, ou seja, a escola é ou não omissa às experiências discriminatórias contra pessoas que não se adequam à heteronormatividade?

Por isso, pretende-se discutir a suposta neutralidade escolar em relação à sexualidade, a qual pode ser notada em um padrão heterossexual oculto nos valores presentes, por exemplo, no currículo escolar, nos materiais didáticos, no planejamento de atividades e na linguagem. Por meio dos instrumentos citados, questiona-se se a escola atua na normalização dos corpos de crianças e jovens, seja de forma explícita ou implícita.

Com isso, busca-se com essa pesquisa discutir por meio de uma revisão bibliográfica, através de pesquisas em textos teóricos, se a escola realiza práticas homofóbicas contra alunos que não se enquadram no padrão imposto pela heteronormatividade e como essas práticas ocorrem no cotidiano da instituição. Acredita-se que isso resultará em questionamentos e reflexões em relação aos pressupostos históricos, aos valores e às normas presentes no cotidiano dos

discursos e práticas escolares, para que seja possível pensar em uma proposta de realidade diferente.

Assim esse estudo dividiu-se em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo buscou entender o conceito de sexualidades e suas manifestações na vida do indivíduo buscando compreendê-la por uma visão médica/biológica, por uma noção psicanalítica, tendo Freud como referência, e por uma noção foucaultiana. Isso, pois, considera-se interessante entender a sexualidade a partir de diferentes visões, uma vez que sua concepção é complexa. Além disso, têm-se esses dois autores, Freud e Foucault, como estudiosos importantes sobre a temática. Buscou-se ainda discutir a heteronormatividade como um padrão que interfere nas especificidades dos sujeitos.

No segundo capítulo discutiu-se a escola como instituição importante na formação dos sujeitos a partir do papel do educador nesse processo. Analisou-se ainda a influência da escola como regulação social e interferência na subjetividade dos sujeitos. E por fim, abordou-se sobre práticas homofóbicas e discriminatórias no ambiente escolar como reprodução da heteronormatividade.

No terceiro e último capítulo, discutiu-se a escola como um espaço possível de contribuir com a mudança do cenário onde não se respeite as diferentes formas de experiências sexuais. Falou-se sobre a escola como espaço de educação para a diversidade pensando na educação como princípio para o respeito às diferenças. Enfim, discutiu-se sobre a escola como promotora de uma realidade mais justa pensando na temática da diversidade.

Assim sendo, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se constitui como uma atividade final do curso de Pós Graduação em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) englobando a defesa e argumentação do tema proposto. Para tanto, as temáticas propostas serão aprofundadas teoricamente a fim de dar repostas às indagações apresentadas por meio de referências bibliográficas, de artigos, e de outros.

CAPÍTULO 1

SEXUALIDADE E SUAS COMPLEXIDADES: CONCEITO E MANIFESTAÇÕES NA VIDA DO INDIVÍDUO

A sexualidade é uma esfera da vida pessoal e social que possui uma concepção infinita e múltipla. Ela se refere às formas de expressar humana que se relacionam com o contexto histórico vivido pelo indivíduo. Nesse capítulo pretende-se discutir a concepção de sexualidades e suas manifestações na vida do sujeito entendendo ser uma conceito complexo.

Abordar-se-á sobre sexualidades a partir do ponto de vista médico/biológico tentando entender como a biologia a define e quais as implicações que a utilização dessa vertente possui. Será apresentada também sexualidades a partir de uma visão psicanalítica, tendo como referência Freud, visando discutir como essa análise a considera e por fim será analisado o conceito dessa temática por meio da compreensão foucaultiana.

A adoção por esses pensadores se dá por entender que são considerados um dos mais importantes estudiosos sobre a sexualidade e que contribuíram ainda com o debate sobre gênero, cada qual com suas especificidades e diferenças em suas análises.

Apresentar tais concepções de sexualidades é importante para se incluir essa discussão no âmbito escolar. O que se pretende é entender como a escola lida com essa temática, destancando-se o processo de normalização o qual define experiências sexuais consideradas como legítimas em detrimento de outras. Com isso será discutida também a heteronormatividade como um padrão que interfere nas particularidades dos sujeitos. Isso para perceber se há práticas homofóbicas no espaço escolar contra alunos e alunas que apresentam experiências diferenciadas daquelas impostas pela heteronormatividade.

1.1 A noção de sexualidade por uma visão médica/biológica

As discussões pretendidas nessa pesquisa se iniciam a partir da concepção sobre sexualidades. Trata-se de um conceito complexo e que exige atenção sobre a perspectiva em que é abordada, podendo ser discutida a partir de diferentes

âmbitos, como no contexto da família, da política pública, da religião, da escola, dentre outras.

Ressalta-se que, nesse estudo, buscando adequar a temática ao contexto da pesquisa, serão sucintamente mencionadas concepções sobre a sexualidade pela ótica médica/biológica, na visão psicanalítica e na visão foucaultiana. Nesse sentido, a análise sobre essa temática também exige atenção em relação aos diferentes autores que a abordam e qual a perspectiva que constroem sobre o assunto.

Ao pensar na complexidade de sua concepção, Prado (2015) explica que a sexualidade se dá como uma prática pertencente à esfera da vida pessoal e social do indivíduo. Trata-se de uma experiência humana presente em todas as coisas. Tais experiências podem ser pensadas tanto no âmbito público, ou seja, aquilo que tem legitimidade e aprovação em vida pública, quanto no âmbito privado, o que não é permitido dentro da normatividade pública (MARTINS, TOLENTINO e NOGUEIRA; 2015).

Entende-se com isso que a sexualidade está presente em todas as esferas da vida humana. É uma experiência que compõe o sujeito e que perpassa os diferentes espaços nos quais o indivíduo se situa. Como dito, muitas são as áreas de conhecimento que discutem essa categoria. Antes de adentrar nas vertentes que se pretende discutir nesse estudo, pode-se pensar numa concepção abrangente a qual situa questões pertinentes na discussão:

[...] a sexualidade constitui-se em uma categoria de análise mais ampla, que considera as relações de poder, os referenciais de classe, as relações entre os gêneros, a diversidade sexual, os aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos, éticos, étnicos e religiosos. A sexualidade compreende também os conceitos de linguagem, corpo e cultura (SANTOS e ARAÚJO, 2009, p. 17).

Diferentemente do conceito de sexualidade, a palavra sexo apresenta sentido direcionado aos aspectos biológicos. Adotando a biologia na definição da diferenciação dos sexos, tende-se a naturalizar a compreensão que se tem de homem e mulher ou masculino e feminino. Isso permite estabelecer uma concepção do corpo fundamentado na explicação biológica, desconsiderando outros aspectos pertinentes nessa discussão como sociais, culturais e políticos (SENKEVICS e POLIDORO, 2012).

Ao discutir o papel do saber da biologia na definição científica da sexualidade, Bertol e Mattos (2005), elucidam que a biologia é tida como a origem do humano, é o fundamento da sexualidade. Nessa concepção, o sexo é visto como aquilo que determina nossas personalidades e identidades.

Conforme fora dito, na perspectiva biológica, a sexualidade, os comportamentos e identidades sexuais, são tidos como resultado da evolução ou ainda como fenômenos naturais. Na concepção biológica, percebe-se a sexualidade como um conjunto de características funcionais e anatômicas do corpo humano ao ato sexual e atrelada à reprodução (BERTOL, MATOS; 2005). As autoras apresentam uma crítica em relação ao saber biológico, pois ele naturaliza as sexualidades de forma que não abarca a discussão em que os aspectos humanos devem ser pensados em meio às relações de poder, estabelecidas entre homens e mulheres.

Historicamente surgiram concepções sobre sexo e gênero que influenciam atualmente a compreensão sobre gênero e sexualidade, as quais foram e são demarcadas por julgamentos de valores. Como exemplo, no século XIX, o saber médico conceituava o corpo feminino como incompleto, doente e instável. As mulheres eram consideradas como uma versão invertida do aparelho genital masculino. Com isso, justificava-se uma suposta inferioridade feminina e se explicava que a natureza já havia determinado uma ordem baseada no sexo. Na atualidade, esse discurso é percebido nas relações sociais de forma que determina o masculino e feminino, assim como estigmatiza perfis desviantes (SENKEVICS e POLIDORO, 2012).

Os autores, biólogos, buscando estabelecer um conhecimento interdisciplinar entre os dizeres biológicos e a perspectiva social, destacam que, a partir da compreensão de outros autores, são as formas de compreender as diferenças e semelhanças entre os corpos que determinam como são apreendidos socialmente. Destacam que por meio da diferença entre os sexos é construído um sistema simbólico sobre homens e mulheres. Nesse sentido, faz-se necessário discutir de que corpo se fala; qual a construção teórica que fundamenta essas interpretações?

Senkevics e Polidoro (2012) destacam que corpos de homens e mulheres são conceituados por diferentes instâncias da sociedade, seja na medicina, nos esportes, mercado de trabalho, na mídia, na política, na moda, dentre outros e,

conforme são os objetivos e interesses de cada uma dessas áreas, as características de homens e mulheres são realçadas ou ofuscadas. Nesse sentido, permitem compreender que ora os corpos são definidos como resposta à influência da sociedade e da cultura, ora as práticas sociais são resultados das condições nas quais os corpos são percebidos.

Com isso, também se insere a compreensão de gênero, sendo que visando construir um masculino e um feminino, homens e mulheres também constroem os seus corpos, “[...] seja por meio de gestos, trejeitos, roupas e comportamentos, seja por processos mais complexos como os estilos de vida almejados, as perspectivas de atuação profissional e as expectativas de relacionamento afetivo-sexual” (SENKEVICS e POLIDORO, p. 19, 2012). Por fim, compartilhando com as premissas desse estudo, os autores consideram que não é aceitável que o determinismo biológico ou qualquer outro pensamento das ciências biológicas, reproduza posturas discriminatórias.

1.2 A sexualidade pela análise psicanalítica freudiana

Dentre as diversas concepções acerca da categoria sexualidades, outra via de análise se dá pela visão psicanalítica. Dos autores que abordam essa linha do conhecimento, cita-se a análise de Freud. Conforme Weeks (1999), a psicanálise procurou estabelecer que os acontecimentos no inconsciente da mente frequentemente vão contra as aparentes certezas do consciente.

Nas leituras realizadas a respeito das questões trabalhadas por Freud, tem-se que a sexualidade é tida como o ponto de partida para se entender a vida psíquica. Acredita-se que Freud diferencia e rompe com o conceito abordado pela visão biológica da sexualidade que, como já explicado nesse trabalho, baseia-se na concepção do organismo, pensada na relação estrita com a biologia a partir de uma finalidade – a reprodução, a procriação. Nessa perspectiva a sexualidade fundamenta-se no conceito de instinto, sendo considerada como algo natural.

Conforme Simões (2014), na psicanálise Freud diferencia sua compreensão da que apresenta o instinto como o fundamento da sexualidade. Na abordagem de Freud, a função sexual inicia-se desde o princípio da vida do indivíduo, mesmo estando atrelada, nesse momento, a outras funções vitais para que, após um processo de desenvolvimento, se torna o que se familiariza na vida sexual do adulto.

Ele pensa a sexualidade a partir do conceito de pulsão, algo diferente do instinto, sendo uma força, um ímpeto constante, presente, até mesmo, nas crianças.

Netto e Cardoso (2012, p. 530) ao interpretarem as escritas de Freud dizem que a pulsão é “definida, em termos clássicos, como o representante psíquico das excitações provenientes do corpo”. Sendo assim, ao dizer da presença dessa pulsão até mesmo nas crianças, Freud não diz de uma sexualidade baseada necessariamente nos órgãos genitais, mas diz de um conjunto de elementos referentes a trocas que o corpo realiza com o mundo e os quais o instigam. Simões (2014) exemplifica pulsão como estando presente na boca, nos gestos, nos olhos da criança e que está constantemente impactada por esses fatores, daí se falar em sexualidade infantil.

Outra questão que o psicanalista discute é sobre a sexualidade na perversão¹. Conforme Simões (2014), na sexologia aquilo que ultrapassa a junção entre o macho e a fêmea é considerado como desvio / perversão e, ainda com base nessa visão, a sexualidade funciona como se estivesse numa reta. Já na concepção de Freud a sexualidade pulsional é um labirinto, onde cada um encontra seu caminho, e consegue ter seu próprio posicionamento, por exemplo, sobre o que considera ser homem e o que considera ser mulher e sobre sua própria relação com o desejo.

Na visão psicanalítica de Freud, as práticas presentes no âmbito das perversões podem aparentar ser estranhas, no entanto, conseguem evidenciar o que se passa com o indivíduo. Todos são atravessados por essa sexualidade que

¹O psicanalista Simões (2014) explica que etimologicamente perversão significa algo que está posto ao seu contrário e que semanticamente, perversão é atribuída à sexualidade, sendo considerado algo que está ao seu avesso, e atrelada à moral como sendo algo desviante. O autor explica que nessas duas perspectivas, surge a compreensão de perversão atrelada à ideia de aberração sexual ou no campo moral, de algo transgressor ou criminoso. Em ambos os extremos, a perversão traz um certo desprezo para com o outro. Simões (2014) diz ainda que historicamente as perversões foram catalogadas pela sexologia como comportamentos diversos em que se considera a sexualidade como algo que está no seu contrário. Dentre os exemplos que o psicanalista cita, encontram-se as paradoxias que são manifestações da sexualidade e dos desejos onde se não se esperava que isso acontecesse como a sexualidade na criança ou no idoso. Isso gera uma visão estereotipada das perversões, sendo a ideia do avesso ou do contrário por uma via da condenação moral. Contudo, a partir de Freud essa visão se modifica, sendo que a psicanálise não vê a perversão de forma estereotipada, como por exemplo, a homossexualidade. Isso, pois, apresenta o conceito de pulsão, que é algo diferente do instinto. Sobre a sexualidade infantil diz que a sexualidade está presente na criança, não considerando a infância como uma etapa de desenvolvimento da vida do sujeito, mas como uma base que nos acompanha. Portanto, o autor conclui que perversão em psicanálise não é perversidade, é uma perversão com sentido positivo para indicar um modo de subjetivação, de se tornar sujeito e de se colocar no mundo.

leva o ser a se posicionar e a constantemente responder às questões: o que sou, o que quero, o que desejo. Na prática da psicanálise procura-se estudar os elementos que não são estáveis no ser, analisar o percurso do sujeito e delinear o labirinto que é o próprio ser, quando este fala de si, do seu sentimento, dos seus desejos (SIMÕES, 2014).

Essa abordagem torna-se necessária ao reconhecer que no espaço escolar, assim como em outros contextos, a homossexualidade é tida como uma perversão. Por isso, a análise do autor é importante por mostrar que em uma nova concepção, a psicanálise explica o que seriam essas práticas perversivas, as quais não se relacionam com a moralidade.

1.3 Sexualidade pela visão de Foucault

Diversos autores discutem a importância que tem Michel Foucault para o estudo da sexualidade. Ao contrário do que foi apresentado na visão anterior, de que há autores que compreendem a sexualidade como algo natural, na visão de Foucault a sexualidade é um elemento histórico-cultural e pertencente a uma rede complexa que regula, organiza e modela socialmente os corpos e os comportamentos do indivíduo (WEEKS, 1999).

Assim sendo, compreender a sexualidade requer pensar em qual contexto histórico e em quais aspectos culturais se faz referência. Isso permite entender que por mais que a sexualidade seja uma experiência particular, algumas práticas sociais possuem mais legitimidade que outras, pois depende do contexto e do momento histórico.

Assim como na obra foucaultiana, outros autores contestam a visão de que a sexualidade é algo natural, por entenderem que ela, assim como os corpos, não é natural, mas produto de relações históricas e de poder nas quais se fazem presentes a medicina, a Psicologia, a escola, o Estado, dentre outros.

Conforme Junqueira (2015), o corpo pertence a uma construção social e política, compreendido a partir de um conjunto de fatores sociais complexos que produzem as realidades sociais, contribuindo na forma com que a sexualidade é concebida. Nesse contexto, tem-se a imposição de um conjunto de normas morais àquilo que é público, e experiências sexuais diferentes das instituídas como

pertencentes à aceitação dessas normas, são tidas como não aceitas, portanto, não passíveis de reconhecimento.

Foucault ao falar da sexualidade refere-se a ela como sendo um “*dispositivo*”. Gabriele, Oliveira e Arraiz (2015), ao escreverem sobre a obra de Foucault, explicam que ele apresenta o conceito de dispositivo como um agrupamento diversificado que abarca discursos (científicos, morais, filosóficos e religiosos) e decisões regulamentares, leis. Pensar no termo dispositivo atrelado à sexualidade, tendo-se a questão do poder, possibilita ter como resultado o objeto do sexo.

Nascimento (2005), ao analisar a obra “História da Sexualidade” de Foucault, diz que para a mentalidade arcaica, desde a época clássica até início do século XVII, o sexo situava-se no campo do sagrado e não do profano. A partir do século XVII, transformações principalmente religiosas, levaram o sexo cada vez mais para o privado do que para o público.

Ainda com base nesse autor, por volta do século XVIII o sexo passou a ser regulado: pela medicina, ao controlar as mulheres através da histerização; pela pedagogia, sendo que, no âmbito das crianças codificavam-se conteúdos e qualificavam-se locutores para a educação sexual; pela psiquiatria ao patologizar o que não se considera normal dentro do âmbito da sexualidade e pela justiça penal que exercia controle para filtrar a sexualidade dos casais, dos filhos e dos pais.

Pode-se notar que assim como o sexo era visto na concepção biológica como algo natural atrelado como um controle à finalidade de reprodução, nessa época narrada pelo autor, no século XVIII o corpo e o sexo objetivavam o controle da população. Isso por meio do controle da sexualidade feminina, da sexualidade infantil e da reprodução. Nascimento (2005) assinala que, ainda nesse período, o sexo se torna algo central nas questões políticas e econômicas, como por exemplo, sobre controle da natalidade, faixa etária ideal para acasalamento e casamento, celibato, etc. Para Foucault, o sexo está subordinado a essas instituições por meio de um discurso doutrinário. No século XIX, tendo como cenário a família monogâmica e heterossexual, se condenava o adultério e perseguiram-se os hábitos solitários, ataque à sexualidade infantil e mobilização dos pedagogos e médicos para acabar com a prática da sensação de prazer sexual causada pelo estímulo aos próprios órgãos genitais – onamismo.

Gabriele, Oliveira e Arrais (2015) consideram que nessa escrita de Foucault, ele pretende determinar o sistema de saber-poder-prazer que sustenta a sexualidade humana. Foucault considera que os elementos envolvidos na perspectiva de proibir o sexo são apenas peças que funcionam por meio do discurso e por meio do poder.

1.4 Heteronormatividade: interferência nas especificidades dos sujeitos

O ser humano, a sua constituição, se dá pelas relações que estabelece com o meio em que vive. Ainda assim, existem particularidades, características próprias que constituem o ser e que influenciadas e influenciando o meio, contribuem na formação da personalidade do indivíduo. Inseridos em sociedade, os sujeitos se encontram constantemente interligados a padrões de comportamento que definem as relações, seja no nível público ou até mesmo no privado, principalmente pelo quesito da moral que regula a experiência de vida individual e também coletiva.

Essa questão não é diferente quando se fala em sexualidade. Historicamente se compreende a forma como os corpos devem ser, regindo práticas sociais e culturais que constituem normas sobre os corpos, sobre as relações sociais e sobre a sexualidade das pessoas. Nesse contexto, a necessidade de se autoconhecer e de se adequar às normas vigentes para produção de uma nova subjetividade, faz com que o sujeito busque estratégias para isso, principalmente na faixa etária mais jovem. Simultâneo ao processo da criação de uma nova subjetividade, os jovens se encontram alvos de uma conduta imposta pelos padrões hegemônicos de comportamento, os quais definem como eles devem ser (SALES, PARAÍSO; 2013).

Do ponto de vista das práticas sexuais e dos desejos, existem normas, as quais perpassam as relações de poder, que estabelecem que os corpos sejam sempre heterossexuais. Essa normalização fabrica as subjetividades normal e desviante. Essa questão remete a concepção de heteronormatividade que pode ser “[...] compreendida como um processo de regulação sexual, em que a heterossexualidade é instituída como única possibilidade legítima de vivência da sexualidade [...]” (SALES, PARAÍSO; 2013, p.605). A heteronormatividade intitula a heterossexualidade como a forma correta e natural de expressão da sexualidade, sendo outras experiências consideradas como incorretas ou desviantes.

Conforme Louro (2009), essa normalização permite que sistemas como saúde, educação, jurídico ou a mídia sejam construídos para pessoas que se enquadram à heterossexualidade, sendo estes passíveis de usufruir desses sistemas, dos seus serviços e dos benefícios do Estado. Àqueles que não se enquandram aos padrões heterossexuais é exigida uma reeducação de sua experiência sexual para não se submeterem a exclusão do sistema. A autora ainda chama a atenção para o fato de que essa norma regulatória supõe um alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade. Isso, pois, a exigência de um padrão heterossexual produz uma regularização dos corpos, exigindo-se que o sexo macho/fêmea possua identidade de gênero masculina/feminina e tenha orientação sexual homem/mulher.

Contudo, Louro (2009) diz que a heteronormatividade só adquire consistência por ser constantemente reiterada pelas diferentes instâncias sociais, não sendo um processo natural, mas histórico e dinâmico. Portanto, a heteronormatividade se dá como um processo cultural e que possui um caráter político por implicar relações de poder. Explica ainda que a imposição da heterossexualidade como padrão social reconhecido, pode ser um processo subversivo pelas variadas formas de questionamento de homens e mulheres que o fazem em diferentes espaços e que, atualmente, se tornam mais visíveis. Por isso é um processo dinâmico e passível de transformações.

É possível entender que a formação do sujeito, atrelada a essa normalização, tem seu processo subjetivo condicionado às normas e exigências produzidos pelos padrões da sociedade das experiências sexuais tidas como normais. Pensa-se com isso, as implicações que a heteronormatividade possa ter no indivíduo de forma a influenciar na sua capacidade de vivenciar uma das experiências mais complexas e próprias do ser humano, a sexualidade.

Conforme Bertol e Mattos (2005), a escola juntamente com outras instituições como a família, a mídia, a religião, também atua na normatização dos corpos de forma a discipliná-los e reforçando o conceito de uma sexualidade normal – heterossexual. A respeito da formação do sujeito, destaca-se que a escola tem mais influência na subjetivação dos jovens.

Compreender as concepções sobre sexualidades e discutir os processos heteronormativos que se dão no ambiente escolar e reforçados por outras instituições, faz-se necessário para perceber se a escola apresenta práticas homofóbicas ou não. Com isso, é possível também pensar a temática da

diversidade, buscando compreender a sexualidade como uma das categorias abarcadas nesse conceito.

CAPÍTULO 2

A ESCOLA E A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS

O processo de formação dos sujeitos se condiciona aos seus aprendizados e experiências atreladas aos diversos espaços que ele circula e às interferências das diferentes instituições sociais as quais se relaciona. Compreender o papel da escola nesse processo é primordial para entender como ela participa e contribui na subjetividade do indivíduo.

Nesse sentido, este capítulo procura compreender a instituição escola e sua contribuição na formação social e subjetiva do sujeito. Pretende-se abordar a escola enquanto instituição social que, embora tenha função de promover a educação, se constitui como um instrumento de regulação social a partir das práticas dos educadores e profissionais que nela atuam.

Por fim, discute-se como a escola opera as práticas homofóbicas de forma que a heteronormatividade é produzida e reproduzida criando formas heterossexuais de vivenciar a experiência da sexualidade.

2.1 O papel do educador na formação dos sujeitos

A escola é um equipamento da política pública social de educação que coloca em prática a proposta de tal direito. Abordar a educação requer pensar no homem a partir de suas relações estabelecidas com o contexto social, econômico e cultural em que vive e também a partir da construção e sustentação de sua identidade e das demandas que constrói em meio a sua conjuntura.

Entende-se que o homem tem a capacidade de se transformar e transformar o meio em que vive. Nesse sentido, pensa-se na necessidade de provocá-lo à produção de sua autonomia, sendo que a educação tem importância fundamental nesse processo.

Inserida em um contexto socioeconômico capitalista, pautado na luta de classes sociais e desigualdade social, que produz diferenças entre os indivíduos, a escola muitas vezes acaba reproduzindo tais desigualdades. Dessa forma, outra questão a se analisar é que por se inserir nesse contexto a escola desempenha um papel socializador, no qual crianças e adolescentes pertencentes a realidades

sociais diferentes interagem durante a construção do conhecimento. Tais análises conjunturais se tornam necessárias ao dizer da contribuição do educador no processo de formação do sujeito, visando compreender que sua atuação lida com particularidades tanto subjetivas quanto sociais dos alunos.

Em relação à formação do sujeito, o que se espera é que o educador tenha capacidade de administrar o processo educacional no aluno de forma que se crie um sujeito participante. A atuação profissional do educador também tem importância na mediação entre a aquisição do conhecimento e formação dos sujeitos. Para além dessa articulação, o educador tem por pressuposto contribuir com a transformação pensando nova forma de organizar as relações entre os homens.

Carmo (2009) diz que o educador deve se ater na sua prática profissional em considerar o aluno como sujeito de relações múltiplas, devendo-se levar em conta seu processo de formação. O educador deve garantir ao aluno uma proposta de formação crítica, que o permita refletir temáticas atuais relacionadas ao seu contexto e sua vida. Com isso, é possível buscar nas escolas uma discussão a respeito da diversidade focando-se, nessa pesquisa, pela temática sexualidades.

2.2 Influência da escola como regulação social e de outras instituições sociais na subjetividade dos sujeitos

É indiscutível a importância da escola na transmissão de conhecimento, valores, normas e regras no processo de socialização, enfim, na execução da educação. Entende-se que a escola se organiza a partir de sua inserção em determinado contexto e de um conjunto de legislações que regulam e direcionam a prática de diferentes profissionais que nela atuam.

Conforme Bock, Furtado e Teixeira (2001), a escola deveria ter a função de realizar a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Ao promover a educação da criança, possibilita que ela se aproprie de modelos e valores transmitidos por ela e aumente sua autonomia e pertencimento ao grupo social. Entende-se que tal instituição social deve trabalhar a fim de responder a necessidades sociais por meio de suas funções especializadas.

Enquanto instituição que auxilia na formação dos sujeitos, a escola realiza tal ação, primeiramente nas práticas diárias em que eles estão envolvidos. Nesse sentido, é preciso se atentar ao que é ensinado e ao modo como é ensinado. É

preciso perceber qual o sentido os alunos e alunas dão ao que aprendem (BERTOL, 2015).

Outra questão que merece atenção é sobre a linguagem. Esta é um instrumento de trabalho crucial para as intervenções realizadas pela escola. Nesse sentido, acredita-se que a linguagem contribui significativamente na formação do sujeito, uma vez que ela é uma forma de interação do sujeito com o mundo, de significação do mundo e de si.

As instituições educativas surgem para preparar, educar e socializar crianças e jovens no intuito de garantir a aquisição de cidadania. No entanto, cabe questionar qual conceito de cidadania essa perspectiva adota. Questiona-se se somente as pessoas que por esse espaço passam seriam quem detém uma cidadania. Pensa-se ainda em qual referência de igualdade e de projeto de sociedade essa noção de cidadania é norteadada (SILVA, 2015).

Com base nessa compreensão, acredita-se que, assim como diversas outras questões que perpassam a vivência do sujeito, a escola deveria trabalhar a temática sexualidades a partir de uma perspectiva da diversidade. Contudo, tem-se que essa instituição social atua na regulação social e intervenção junto às experiências sexuais dos indivíduos, classificando e controlando o seu comportamento.

Portanto, a escola comportando-se de tal forma acaba por reproduzir o preconceito. De acordo com Balieiro e Risk (2014), a escola pode se constituir enquanto espaço reprodutor e que atualiza a heteronormatividade. Ela garante processos da normalização da heterossexualidade obrigatória, impondo a seus alunos e alunas formas de vivenciar a sexualidade as quais podem não condizer com suas experiências individuais. No entanto, há que se considerar que a escola deve ser um espaço de transformação e não de reprodução de formas de preconceito.

Ao reconhecer a escola enquanto instituição que participa na formação dos sujeitos cabe destacar que estes são dotados também de uma subjetivação, na qual está contida a diferença. A esse processo, salienta-se que se refere ao modo como cada um constrói seus significados a partir de suas especificidades. E assim, é preciso compreender como o educando vivencia suas experiências direcionadas à sexualidade e discutir que a escola, por meio da prática pedagógica, pode contribuir na formação e informação aos alunos e alunas a respeito de questões pertinentes aos seus interesses.

Nesse sentido, é importante atentar-se à responsabilidade que a escola possui ao contribuir na formação dos sujeitos, simultânea a outras instituições sociais como a família, a Igreja, a comunidade, a mídia, dentre outros. Louro (2000) contribui com essa discussão ressaltando que a escola e essas outras instituições realizam uma pedagogia que reitera identidades e práticas hegemônicas, subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas. A autora ressalta que o sujeito é produzido em um processo plural, acreditando que, embora haja uma norma vigente, o sujeito está implicado e participante na construção de sua identidade.

Referente à questão da diferença, o que não se espera é que seja transformada em desigualdade criando uma hierarquia, a qual promove a homofobia. Tendo em vista a função que deve ter a escola, confronta-se com a dada realidade, obtida por meio das pesquisas bibliográficas desse estudo, de que ao regular socialmente e intervir junto às experiências sexuais dos indivíduos, a escola acaba por reproduzir a heteronormatividade, executando a prática da homofobia.

2.3 Práticas homofóbicas e discriminatórias no ambiente escolar: reprodução da heteronormatividade

Ao discutir que a escola é uma instituição que pode reproduzir e regular as relações sociais, podendo gerar hierarquias e desigualdades, cabe analisar como se dá esse processo e em que momentos ocorre na realidade escolar. Um dos exemplos que se pode mencionar se refere às sobreposições dos saberes e experiências: quem sabe mais e quem sabe menos, valorizando alguns alunos de forma meritocrática e desconsiderando o processo individual de aprendizado.

Para além dessa questão, a escola acaba por se constituir ainda em espaço hierarquizado quando se fala em questões de gênero. Cita-se como exemplo, o fato de alunos e profissionais atribuírem às professoras uma figura atrelada ao cuidado. Destaca-se que nessa prática de ensino/aprendizagem não há reconhecimento como exercício profissional que contribui na formação e na educação dos sujeitos, não sendo, nem mesmo, valorizadas em relação à remuneração, devido a sua representação feminina (MATTOS, 2015).

O proposto não é pensar a escola como um espaço homogêneo, mas sim num âmbito de sociabilidade na qual convergem diferentes experiências do sujeito, seja no viés do gênero, origem, sexual, étnico-racial, religiosa, cultura, etc. Sendo

assim, é preciso compreender a relação entre a violência e o silenciamento que ocorre dentro da escola e seu vínculo com a temática sexualidade:

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. (LOURO, 2000, p. 21)

Entende-se com isso, que a escola juntamente com outras instituições, por meio do seu silenciamento permite formas de violência ao se dizer neutra acerca de tal temática. Percebe-se que na verdade, através de sua omissão ou de sua representação explícita, a escola acaba por reproduzir práticas hierarquizadas em que determinadas experiências se dão como aceitas e outras se encontram à margem da relação de tolerância, em que existe o preconceito camuflado.

Como uma dessas formas de violência, tem-se a existência de um conjunto de emoções negativas, sentimento de aversão, desprezo, ódio, desconforto ou medo contra pessoas que não são tidas como pertencentes às normas sexuais tidas como permitidas. A essa situação nomeia-se o conceito de homofobia (PRADO, JUNQUEIRA, 2015).

Nesse sentido, busca-se entender como esse fenômeno se dá no ambiente escolar. Quais as práticas homofóbicas existem e como os profissionais lidam com essa realidade? Para além de compreender conceitos, o que se busca é perceber as formas mais silenciosas em que a homofobia é posta em prática. É por meio dessa visão que se espera propor ações para a mudança desse cenário. Sendo assim, em diferentes escalas, a respeito da homofobia na escola pode-se encontrá-la:

[...] no livro didático, nas concepções de currículo, nos conteúdos heterocêntricos, nas relações pedagógicas normalizadoras. Ela aparece na hora da chamada (o furor em torno do número 24, por exemplo; mas, sobretudo, na recusa de se chamar a estudante travesti pelo seu “nome social”), nas brincadeiras e nas piadas “inofensivas” e até usadas como “instrumento didático”. Está nos bilhetinhos, nas carteiras, nas quadras, nas paredes dos banheiros e na dificuldade de ter acesso ao banheiro. Aflora nas salas dos professores/as, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais e mestres. Motiva brigas no intervalo e no final das aulas. Está nas rotinas de ameaças, intimidação, chacotas, moléstias, humilhações, tormentas, degradação, marginalização, exclusão etc; (JUNQUEIRA, apud PRADO e JUNQUEIRA, p. 60, 2011)

Nota-se que são em situações, a princípio simples, que a homofobia se manifesta. E dessa forma, a sua propagação não se limita no interior da instituição

escola, pois, pelas diferentes formas de transmissão acaba sendo vivenciada em diversos outros âmbitos sociais.

Além do sentimento da representação de violência, a homofobia se refere à discriminação perversa e arbitrária para com práticas não heterossexuais, com base na suposição de que a heterossexualidade é uma prática sexual “normal” e outras experiências não (LIONÇO, DINIZ, 2009). É uma visão que promove o preconceito e a normalização e naturalização da prática heterossexual, desconsiderando todas as outras manifestações e vivências voltadas para a sexualidade.

Em sua pesquisa empírica ao buscar perceber como a homofobia se manifesta no espaço escolar por meio dos educadores, Souza, Silva e Santos (2015) perceberam que professores, além de presenciarem situações de preconceito e agressões psicológicas, também já as praticaram por meio do silenciamento ou de forma explícita através de atitudes tidas por eles como brincadeiras. Os autores ressaltam que muitos desses profissionais ainda não entenderam a gravidade presente em insultos e apelidos pejorativos, banalizando também as violências verbais e psicológicas.

Portanto, considera-se que a concepção que educadores têm sobre homossexualidade influencia na construção e desconstrução do preconceito e discriminação, manifestadas no ambiente escolar. A formação docente carece de discussões que englobem os conteúdos como diversidade sexual, homossexualidade e homofobia permitindo melhor preparação para discutir esses assuntos em sala de aula. Esse despreparo contribui com a omissão desses temas, o que pode acarretar em diversas práticas homofóbicas contra alunos que não se adequam a heteronormatividade. Dentre elas, citam-se agressões físicas e/ou verbais, exclusões, ameaças, agressão psicológicas, dentre outras (JESUS, SOUZA, SILVA, 2013).

CAPÍTULO 3

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Compreender o conceito de sexualidades e como essa experiência se dá na vida do sujeito é fundamental para se discutir a heteronormatividade, a qual dita normas sobre vida sexual do indivíduo impondo a heterossexualidade como única forma de vivência da sexualidade.

A partir desse contexto, foi visto o quanto a escola, por meio do papel do educador, pode exercer práticas heteronormativas de forma que, ao regular a subjetividade dos sujeitos, exercesse a homofobia. Sendo assim, torna-se pertinente discutir como a escola pode ser um espaço diferente das observações realizadas, de forma que exerça o real papel que a educação tem no sentido de promover o respeito às diferenças. Com isso, esse capítulo visa discutir a escola como espaço possível de contribuir com o processo de luta pelo desrespeito às diferentes formas de experiências sexuais.

3.1 A educação e o respeito às diferenças

A diferença é um elemento constitutivo da vida humana, a qual é caracterizada por uma diversidade de experiências. São diversos os quesitos que diferenciam os sujeitos, como exemplo, orientação sexual, cultura, étnico-racial, fatores geracionais, fatores econômicos e ainda questões subjetivas. Conforme Silva (2016), a diferença existe a partir de uma auto-referência, ou seja afirmar a diferença depende de uma série de declarações negativas sobre outras identidades.

Uma discussão importante a respeito da diferença é sobre quando ela se torna desigualdade. Isso ocorre na medida em que a relação de poder se faz presente na sociedade, instituindo o sistema de exclusão demarcando fronteiras políticas em que uns são deixados à margem desse sistema, tornando-se desiguais.

Nesse sentido, conforme Soares (2013) torna-se questionável como podem ser pensados os diferentes modos de existência, principalmente os que não estão em conformidade com os mecanismos de normalização, tendo em vista ainda que cada ser possui subjetividades atreladas a diversos contextos de aprendizagem.

Tal questionamento se torna importante também ao se pensar o contexto escolar. Louro (1997), chama a atenção para o fato de que a escola produz diferenças, distinções e desigualdades. Afirma que desde seus primórdios, concebida para acolher apenas alguns, a escola exerceu uma ação distintiva separando os sujeitos. Contudo, aqueles grupos excluídos foram lentamente requisitando participação nessa instituição e lhe trazendo e exigindo transformações.

A escola enquanto instituição que promove a educação permite a construção de novos saberes e práticas sociais, assim como a socialização e revisão crítica de realidades injustas e discriminatórias. Devido à inserção de novos grupos e da diferença no contexto escolar, dentre as discussões propostas por ela, passou-se a incluir temáticas direcionadas à diversidade de forma que os professores tivessem que inserir esse debate nas aulas e atividades escolares.

Conforme Junqueira (2009) a diversidade e a diferença necessitam ter sua legitimidade reconhecida. O autor explica que é preciso respeitar a diferença e pensá-la como uma construção social e histórica. Isso pois, é necessário considerar as histórias, as necessidades, as reivindicações e particularidades do indivíduo ou de grupos, além de considerar as conjunturas social, econômica, política e histórica as quais produzem a diferença.

Nesse sentido, é fundamental inserir a escola nessa discussão, pensando-a como um espaço educativo em que por meio de sua atuação poderá intervir de forma crítica, democrática, transformadora e emancipatória, considerando a diversidade como um direito. Além disso, é necessário valorizar a pluralidade cultural, o que se tornam fatores que contribuem para humanizar a construção do conhecimento, ou seja, respeitar a diversidade garante a formação para cidadania e qualidade na produção do conhecimento (JUNQUEIRA, 2009).

Isso demonstra o quanto a escola é uma instituição primordial no processo de formação do sujeito e de valorização de sua individualidade. A partir da premissa em que a escola deve trabalhar com a diversidade e a diferença, entende-se que o sujeito será considerado a partir de suas especificidades e poderá se sentir pertencente e incluso numa dada realidade.

Com base no autor ora mencionado, considera-se que além de ser pertinente para o indivíduo, considerar a diversidade implica em permitir o conhecimento recíproco e o autoreconhecimento, quando possibilita o encontro de construções em relação ao outro e a nós mesmos. Na escola, a interação promovida

entre os alunos e alunas por meio das diferenças permite um espaço de compartilhamento entre realidades diferenciadas, o que se torna uma estratégia qualificada de trabalho e intervenção para os profissionais, que passam a ter elementos primordiais para se trabalhar o respeito à diversidade.

Contudo, infelizmente, no contexto escolar, deixa-se de considerar o fato em que o convívio entre pessoas diferentes permite oportunidades de ampliar esse campo da aprendizagem, inclusive diferenças e diversidade no que se refere às questões de gênero e sexuais. Com isso, Junqueira (2009) diz que é necessário reconhecer o desafio em se discutir a diversidade em sala de aula, devido a padrões didáticos e pedagógicos hegemônicos que fazem com que a diversidade seja mal acolhida.

Sendo assim, o que se espera ao pensar a diversidade na educação, assim como a diversidade sexual, é que possa ser capaz de transformar a relação pedagógica e possibilitar a construção partilhada do conhecimento. A concretização desses propósitos se dão como possíveis por meio de:

[...] práticas e políticas de redistribuição material e simbólica. Nas escolas, precisariam ser acompanhados de uma permanente discussão dos conteúdos curriculares e das formas de ensinar, aprender e conviver. Não menos importantes seriam os esforços para garantir maior autonomia ao espaço escolar em relação a outros campos privados de formação e para construir uma escola mais democrática (JUNQUEIRA, p. 412-413, 2009).

Com isso percebe-se o quanto é pertinente a atuação de políticas públicas voltadas à diversidade. Acredita-se que sem uma discussão em um âmbito maior, ações isoladas não alcançam a dimensão que se almeja. Acredita-se que o trabalho para se mudar essa realidade deve ser realizado de forma contínua. É preciso pensar em capacitações profissionais, revisão dos materiais didáticos utilizados, dos currículos escolares, dentre outras.

3.2 Escola e diversidade sexual: construção de uma realidade mais justa

Nos conteúdos abordados pela diversidade, encontra-se o debate acerca de sexualidades, a qual é discutida também enquanto direito garantido pela Constituição Federal de 1988 assim como está contida na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Conforme Furlani (2009), a discussão acerca da Educação Sexual, ou Orientação Sexual (termo segundo ela melhor utilizado) se dá com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 do Ministério da Educação que propõem a abordagem de temáticas extradisciplinares, preconizados pela política educacional brasileira de inclusão, os chamados Temas Transversais que abordam a ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, estudos econômicos e orientação sexual.

A temática diversidade implica pensar nas diferenças que, conforme já foi dito, podem se transformar em desigualdade. Ramos e Rodrigues (2012) destacam que é o contexto em que as desigualdades são produzidas que devem servir como parâmetro pela luta para garantir políticas públicas de educação que se direcionem à questão dos direitos humanos. Os autores elucidam que é preciso o investimento em pesquisas acadêmicas e atividades orientadas para discutir a importância dessas temáticas na escola.

Os autores mencionados, ao pesquisarem de forma empírica sobre gênero e sexualidade nas escolas, puderam observar que mesmo a diversidade sexual estando presente na realidade escolar, as políticas públicas de formação dos professores não conseguem atingir a fragilidade das experiências desses profissionais. Outra questão apontada é a resistência de muitos profissionais quando se discute a temática da diversidade sexual. Silva e Rodrigues (2012) apontaram em sua pesquisa que em uma das escolas onde realizaram um estudo, se depararam com a realidade em que cartilhas com a temática “Diversidade Sexual nas Escolas” foram todas retiradas da biblioteca a pedido de uma pedagoga, antes mesmo que os alunos pudessem ter visto.

Percebe-se a ausência de uma compreensão crítica a respeito do assunto de forma que os profissionais possam trabalhar conteúdos diversificados com os (as) alunos (as), abordando a discussão pela perspectiva dos direitos humanos e até mesmo atendendo possíveis questionamentos e demandas que possam surgir dos estudantes.

É possível dizer de uma resistência por parte dos profissionais quando se demonstra a necessidade de inserir nas aulas e intervenções profissionais debates sobre diversidade sexual. Silva e Rodrigues (2012) novamente contribui para essa análise, quando dizem que ao buscarem entrevistar os alunos, os profissionais se mostraram tão resistentes que foi preciso intervenção da direção para esclarecer a

importância da temática. Os autores explicam que ainda assim, professores definiram quais os alunos poderiam participar subentendendo que alguns têm discernimento para tratar de abordagens referentes à sexualidade, em detrimento dos outros que, considerados por eles, são novos para isso. Por meio do trabalho desses autores, nota-se o quanto é importante propor discussões sérias e voltadas para a questão da diversidade sexual. Para além de uma realidade construída, trata-se de uma questão de direitos.

Ramos e Rodrigues (2012) concluem em sua pesquisa que efetivar uma educação inclusiva só será possível a partir dos princípios de respeito, democracia e liberdade. E é pensando nisso que para os educadores ao buscarem efetivar a diversidade devem:

1. Ultrapassar nosso papel de “meros” transmissores de informação, uma vez que somos produtores/as culturais profundamente implicados/as nas questões públicas.
2. Ampliar a definição de pedagogia e currículo, não se limitando simplesmente ao domínio de técnicas e metodologias.
3. Cuidar da linguagem, que deve ser estudada não apenas como um dispositivo de expressão, mas como uma prática histórica.
4. Desenvolver e investir em práticas pedagógicas para trabalhar com a promoção da diversidade e valorizá-la como vantagem, e não como problema, como nossa cultura costuma encará-la.
5. Estar especialmente atentos aos grupos ou situações em que a diferença se torna motivo de desigualdade, acesso desigual a oportunidades e exclusão.
6. Desmontar os mecanismos de discriminação. Não existe diversidade num ambiente que discrimina negativamente qualquer pessoa.
7. Localizar distorções e corrigi-las: praticar ações importantes na promoção da diversidade como valor positivo, garantindo a efetividade. Do contrário, apenas se constata que somos todos diferentes ou que a diferença é algo positivo, mas não se constroem os mecanismos para a efetiva promoção de equidade e de reconhecimento da diversidade.
8. Lembrar que promover a diversidade é destruir mecanismos que impeçam jovens LGBTQs de desenvolver suas potencialidades e seus talentos (JESUS, et. al., p. 48, 2008)

Nota-se que tais práticas visam a superar toda forma de discriminação no ambiente escolar, por meio de metodologias que busquem eliminar a homofobia e o preconceito. A diversidade é importante por ser um recurso social e pedagógico que visa a transformação e a liberdade. Discuti-la no espaço escolar e buscar novas formas de atuação implica promover o respeito às diferenças e à dignidade humana, assim como a defesa da cidadania, priorizando assim a construção de uma realidade mais justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo discutiu as práticas homofóbicas no ambiente escolar por meio da atuação dos educadores, contra alunos e alunas que não apresentam vivência sexual condizente com práticas condizentes com a heterossexualidade. Foi necessário discutir como a heteronormatividade é reproduzida no espaço escolar para se analisar como ocorrem as práticas discriminatórias nesse espaço.

Discutiu-se o quanto a temática sobre as sexualidades é complexa e necessita ser melhor debatida a partir de diferentes aspectos e perspectivas, principalmente no âmbito da escola. Sobre essa instituição, viu-se que sua atuação pode legitimar e institucionalizar a heterossexualidade, impondo uma relação em que outras formas de sexualidade, como a homossexualidade, são tidas como antinaturais e anormais.

A respeito dessa situação, dicorreu-se sobre heteronormatividade percebendo a escola como uma instituição importante na produção da escolarização e disciplina dos corpos por meio de uma pedagogia da sexualidade. Foi possível considerar que por meio de suas práticas e do silenciamento a escola exerce, sim, atuação homofóbica por meio de um padrão heterossexual oculto nos valores presentes, por exemplo, no currículo escolar, nos materiais didáticos, no planejamento de atividades e na linguagem.

As discussões realizadas nesse trabalho visaram propor questionamentos e reflexões em relação aos pressupostos históricos, aos valores e às normas presentes no cotidiano dos discursos e práticas escolares, para se pensar numa proposta de realidade diferente. Nesse sentido, foi importante abordar a temática diversidade e diferença pensando nos diversos quesitos que diferenciam os sujeitos, como por exemplo, a orientação sexual.

Foi pertinente apresentar a necessidade de se questionar em como podem ser pensados os diferentes modos de existência e de experiências de vida dos sujeitos, principalmente os que contradizem os mecanismos de normalização. Contudo, viu-se que na escola é realizado o contraditório, sendo que no contexto escolar são produzidas as diferenças, as distinções e as desigualdades.

Por isso destacou-se a importância de que a diversidade e a diferença sejam reconhecidas e a escola seja um importante espaço para se propor tal ação,

podendo intervir de forma crítica, democrática, transformadora e emancipatória. Ademais, na escola deve-se buscar a interação entre os alunos e alunas por meio das diferenças permitindo compartilhar as diferentes realidades.

Portanto, considera-se que este estudo foi pertinente por pensar a diversidade na educação, assim como a diversidade sexual, enquanto capacitadores para transformar a relação pedagógica e possibilitar a construção partilhada do conhecimento. Nesse sentido, viu-se a necessidade de políticas públicas voltadas à diversidade, sendo que o trabalho para se mudar essa realidade deve ser feito de forma contínua. Por fim, nota-se a importância de que mais estudos sejam propostos e produzidos acerca dessa temática visando contribuir com uma discussão séria e pertinente no espaço escolar, para que seja possível superar toda forma de discriminação nesse ambiente e promover a defesa da cidadania e uma realidade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo; RISK, Eduardo Name. **Escola e Sexualidades: Uma visão crítica à normalização**. 2014.

BERTOL, Carolina Esmanhoto. **Gênero e Escola: Regulações e rupturas no contexto escolar**. 2015. Disponível em: <<http://moodle.gdeufmg.com.br/mod/resource/view.php?id=207>> Acesso em 04 jul. 2015.

BERTOL, Carolina Esmanhoto; MATTOS, Amanna Rocha. Oficinas de sexualidade nas escolas: saberes, corpo e diversidade. In.: MARTINS, Hildeberto Vieira...et al (Org.). **Intersecções em Psicologia Social: raça/etnia, gênero, sexualidade**. Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH?UFSC, 2005. P.130-150.

BOCK, Ana; FURTADO Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CARMO, Antonio Rosemir do. **O papel da escola e do professor na construção do saber crítico do aluno**. 2009. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/o-papel-da-escola-e-do-professor-na-construcao-do-saber-critico-do-aluno-1361189.html>. Acesso em 05 de jan. 2016.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. 2003. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf. Acesso em: 29 de jan. 2016

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: **Sexualidade**; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED –Pr., 2009. - p. 37 – 48.

GABRIELE, Maria Camila; OLIVEIRA, Mariana Alves de; ARRAIS, Rebecca Holanda. **Uma introdução ao estudo do Dispositivo de Sexualidade, a partir da leitura da obra “Historia da Sexualidade – A vontade de saber” de Michel Foucault**. 2015. Disponível em: <www.petpsi.ufc.br/JornalMural/Conceito_dispositivo.doc> Acesso em: 11 de jan. 2016.

Jesus, Beto de. et al. **Diversidade sexual na escola**: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. São Paulo : ECOS Comunicação e Sexualidade, 2008. Disponível em Diversidade Sexual na Escola uma metodologia de trabalho CORSA e ECOS 2008.pdf. Acesso em: 16 jan. 2016.

JESUS, Cassiano Celestino de; SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira da. **Violência e preconceito**: concepções de educadores/as da disciplina de História sobre homossexualidade. 2013. Disponível em: <http://200.17.141.110/forumidentidades/Vlforum/textos/Texto_VI_Forum_15.pdf> Acesso em: 05 de jan. 2016.

JUNQUEIRA, Rogério. **Aula inaugural do GDE**. 2015

_____. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Org.). **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Titagem: 1ª edição, 2009. p. 47-72.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homossexualidade. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 85-93.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da Sexualidade. In: LOURO, G.L. (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte; Autêntica, 2000.

MARTINS, Daniel Arruda; TOLENTINO, Leonardo; NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz. **Sexismo, Homofobia e Instituição**: um panorama da escola sexista. 2015. Disponível em: <<http://moodle.gdeufmg.com.br/mod/resource/view.php?id=348>> Acesso em 04 jul. 2015.

MATTOS, Amana. **Gênero, práticas institucionais e hierarquias**. 2015

NASCIMENTO, Renan Custódio do. **Noções conceituais da sexualidade humana num recorte foucaultiano**. Universitas Ciências da Saúde - vol.03 n.01; 2005 - pp. 65-72. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/article/viewFile/546/366> Acesso: 30 de dez. 2015.

NETTO, Ney Klier Padilha; CARDOSO, Marta Rezende. **Sexualidade e pulsão: conceitos indissociáveis em psicanálise?** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 17, n. 3, p. 529-537, jul./set. 2012

PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Aula de sexualidade**. 2015. Disponível em: <<http://moodle.gdeufmg.com.br/mod/forum/discuss.php?d=656>>. Acesso em 04 jul. 2015.

PRADO, Marco Aurélio M.; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia, hierarquização e humilhação social**. In VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

RAMOS, Hugo Souza G.; RODRIGUES, Alexsandro. **Gênero e sexualidade nas escolas: o que dizem os educadores?** 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/gepss/article/view/3854/3069>. Acesso em 19 de jan. 2016.

SALES, Shirlei Rezende; PARAÍSO, Marlucy Alves Paraíso. **O Jovem Macho e a Jovem Difícil: governo da sexualidade no currículo**. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n2/v38n2a15.pdf>>. Acesso em 03 de jan. 2016.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. ARAÚJO, Débora Cristina de. Sexualidade e Gêneros: questões introdutórias. In: **Sexualidade**. Secretaria de Estado da Educação. 16 Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED – Pr., 2009. - p. 13 – 28

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A Epistemologia do Armário**. In: Cadernos Pagu. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007.

SENKEVICS, Adriano Souza; POLIDORO, Juliano Zequini. **Corpo, gênero e ciência: na interface entre biologia e sociedade**. Revista da Biologia. 2012, p. 16-21. Acesso em 26 mar. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/THIAGO/Downloads/180-Senkevics&Polidoro.pdf>

SILVA, Conceição F. **A escola e as relações de igualdade e diferença**. 2015. Disponível em: <<http://moodle.gdeufmg.com.br/mod/resource/view.php?id=99>>. Acesso em 04 jul. 2015.

SILVA, Ronan Barreto Rangel; RODRIGUES, Alexsandro. **Gênero e sexualidade nas escolas: o que dizem os (as) alunos (as)?** 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/gepss/article/view/3787/3002>. Acesso em 20 de jan. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. 2016. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20identidade%20e%20da%20diferen%C3%A7a%20-%20Tomaz%20Tadeu%20da%20Silva.pdf> Acesso em: 03 de jan. 2016

SILVEIRA, Micaela Sá da. **Os solteirões: dentro ou fora do armário?** 2013. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/abralicinternacional/trabalhos/Completo_Co_municacao_oral_idinscrito_554_580ed0d535e0193ca9abf0a52b24e5a8.pdf. Acesso em 27 de jan. 2016.

SIMÕES, Alexandre. **A sexualidade a partir da psicanálise**. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mZ0rV1lx40Y>>. Acesso em: 03 de jan. 2016.

SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Jilson Pereira da; SANTOS, Claudiene. 2015. **Homofobia na escola: as representações de educadores/as**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2015000300009&script=sci_arttext. Acesso em 10 de jan. 2016.

SOARES, Maria da Conceição Silva. A produção da diferença no cotidiano das escolas: currículo, representação, significação e devir. In.: ALEXSANDRO, Rodrigues, BARRETO, Maria Aparecida Santos Côrrea (Org.). **Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas**. Vitória, ES : Edufes, 2013. P. 83-102.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte; Autêntica, 1999. P. 35-82.